

AS ENTRELINHAS DO LIVRO DIDÁTICO E O CONTEÚDO DE HISTÓRIA: A RELAÇÃO ENTRE O PROFESSOR E O LIVRO DIDÁTICO

BETWEEN THE LINES OF TEXTBOOK AND HISTORY CONTENT: THE RELATIONSHIP BETWEEN THE TEACHER AND THE TEXTBOOK

JOÊMESSON RODRIGUES DE ARAÚJO¹
PPGFPI da UPE/*Campus* Petrolina

LUCIANO JOSÉ VIANNA²
PPGFPI da UPE/*Campus* Petrolina

Resumo: Esse artigo tem como objetivo refletir sobre o livro **Abstract:** The aim of this article is to reflect on the textbook in the

¹ Graduado em História pela Universidade de Pernambuco (UPE)/campus Petrolina. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPI) da UPE/campus Petrolina. Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-2538-1336>. E-mail: joemesson.rodriguesaraujo@upe.br.

² Professor Associado / Livre Docente da Universidade de Pernambuco (UPE)/campus Petrolina. Doutor em Cultures en contacte a la Méditerranée pela Universitat Autònoma de Barcelona (UAB). Professor de História Medieval do Colegiado de História da UPE/campus Petrolina. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPI) da UPE/campus Petrolina. Coordenador do Spatio Serti - Grupo de Estudos e Pesquisa em Medievalística. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7355-7609> E-mail: luciano.vianna@upe.br.

didático no contexto brasileiro. Para isso, refletimos sobre o livro didático no Brasil, a legislação sobre o livro didático, o livro didático como mercadoria e a relação entre o professor e o livro didático. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, com base nas propostas de Prodanov e Freitas (2013), a partir da utilização de autores como Chartier (1996), Freire (1996), Bittencourt (2002; 2008), Choppin (2004), Guimarães (1994, 2012), Lima (2021), Luca (2009), Luca e Miranda (2004) e Fernandes e Moraes (2007). Por fim, objetivamos contribuir no debate sobre o livro didático a partir de questões imprescindíveis sobre este poliédrico objeto, principalmente em relação ao conteúdo de História.

Brazilian scenery. For this, we reflect on the textbook in Brazil, the legislation on the textbook, the textbook as merchandise, and the relationship between the teacher and the textbook. The methodology used was the bibliographical research through Prodanov and Freitas (2013), from the utilization of authors as Chartier (1996), Freire (1996), Bittencourt (2002; 2008), Choppin (2004), Guimarães (1994, 2012), Lima (2021), Luca (2009), Luca and Miranda (2004), and Fernandes and Moraes (2007). In this way, we aim to contribute to the debate about the textbook from important questions about this polyhedral object, mainly in relationship with the content of History.

Palavras-chave: Livro didático de História; Políticas públicas; Professor.

Keyword: Textbook of History; Public Politics; Teacher.

Introdução

Um olhar panorâmico em teses e dissertações (Martins, 2000; Munakata, 1997), em coletâneas específicas (Abud, 1984; Bittencourt, 2004; Fonseca, 2003; Franco, 2014; Schmidt; Cainelli, 2004; Vesentini, 1984), em periódicos especializados (Miranda; Luca, 2004) e em eventos da área permite afirmar que o livro didático de História ocupa lugar de destaque nas abordagens dos pesquisadores. Articulando a tríade ensino de História, História e educação, os referidos debates trazem temáticas amplas e complexas, como: a inserção do livro didático

no mercado editorial, bem como os desdobramentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) na sua elaboração; o livro didático como mercadoria e objeto cultural; a produção do saber histórico escolar presente no livro didático; o livro didático em seus vieses de produção/divulgação do conhecimento histórico, entre outros. Todavia, se o livro didático como objeto de reflexão é facilmente perceptível nas abordagens acadêmicas, o movimento que propiciou tal status merece ser problematizado. Sabe-se de um lugar menor ou mesmo menosprezado em frente aos “grandes temas”, sua inserção como fonte de pesquisa consolidou-se fortemente. E ao considerar que são as demandas sociais que delineiam as proposições temáticas e investigativas, a referida circunstância não pode ser menosprezada (Cardoso, 2020, p. 283).

De acordo com o fragmento de Cardoso apresentado acima, podemos observar que os estudos sobre o livro didático acontecem em um cenário consolidado e de destaque nas pesquisas acadêmicas realizadas atualmente. Voltando a atenção para um cenário escolar, em um mundo cada vez mais digital e conectado, o livro didático permanece como principal instrumento de trabalho e auxílio de professores e alunos no ensino básico no chão das escolas públicas do Brasil. Esse fenômeno deriva de inúmeros problemas vinculados à educação no país, como, por exemplo, o baixo investimento em aparelhos tecnológicos e a qualidade do acesso à internet nas escolas públicas. Entretanto, o livro didático, por sua vez, não depende de energia elétrica e de internet para ser utilizado. Além disso, é de fácil manuseio, facilitando aos alunos realizar o seu transporte de casa para a escola e da escola para casa diariamente (Choppin, 2004).

Nesse contexto, e mediante as condições político-sociais do país, a análise sobre o livro didático continua sendo válida, especialmente porque, muitas vezes, este é o único recurso disponível para professores e alunos durante todo o ano letivo, sobretudo nas regiões mais isoladas do país. Além disso, o livro desempenha diversos papéis em sala de aula, pois auxilia com o conteúdo, orienta quanto às atividades e as práticas pedagógicas

e direciona o currículo escolar e os processos de ensino e aprendizagem (Bittencourt, 2008).

Para Circe Bittencourt, os livros didáticos percorrem um longo caminho entre a produção e o cenário escolar, até chegar às mãos dos alunos (Bittencourt, 2008). Sendo o livro didático um instrumento tão importante para o atual sistema de ensino brasileiro, faz-se necessário um processo constante de análise do seu conteúdo por parte dos professores, observando-o sempre a partir de um viés crítico visando o objetivo final que se refere ao cenário da formação cidadã escolar. Segundo Selva Guimarães:

A reflexão sobre a construção da cidadania nos espaços escolares implica pensar a formação de professores de história como sujeitos de direitos e deveres, profissionais, cidadãos com postura ética e compromisso social e político com a educação (Guimarães, 2016, p. 80).

Neste sentido, este artigo busca fazer uma reflexão sobre as “entrelinhas” que circundam os livros didáticos ao longo de sua História, considerando, principalmente, a importância deste objeto na formação dos alunos em seu momento de formação cidadã escolar. Nosso objetivo consiste em realizar uma breve análise sobre o livro didático com base nos seguintes aspectos: a) apresentar um breve histórico sobre o livro didático no Brasil, b) analisar a legislação do livro didático; c) problematizar a abordagem do livro didático como mercadoria e d) abordar a relação entre o professor e o livro didático. Dessa forma, a partir de uma metodologia voltada para a pesquisa bibliográfica com base nas propostas de Prodanov e Freitas (2013, p. 54), foram analisados diversos autores e autoras que trabalharam em suas pesquisas com este objeto, tais como Chartier (1996), Freire (1996), Bittencourt (2002; 2008), Choppin (2004), Guimarães (1994, 2012), Luca (2009), Luca e Miranda (2004) e Fernandes e Moraes (2007).

Um breve baminho sobre a História do livro didático no Brasil

O livro didático continua sendo uns dos principais instrumentos de trabalho e auxílio docente no ensino fundamental e médio nas escolas públicas e privadas no Brasil. Sendo muitas vezes o único material trabalhado durante todo o ano letivo, este objeto apresenta diversos papéis em sala de aula ao auxiliar com o conteúdo, orientar quanto às atividades e as práticas pedagógicas e direcionar o currículo escolar e os processos de ensino e aprendizagem. Assim, o livro didático pode “[...] conter exercícios, atividades, sugestões de trabalhos individuais ou em grupo e de formas de avaliação do conteúdo escolar” (Bittencourt, 2008, p. 302).

O processo de ensino/aprendizagem demanda por materiais didáticos que deem suporte ao professor. Desse modo, os primeiros manuais didáticos utilizados no século XVI no território que posteriormente seria denominado Brasil foram apresentados durante o processo de catequese. Esses materiais, por sua vez, estavam ligados às práticas e aos dogmas da igreja católica (Conceição, 2017).

É importante ressaltar que, embora os materiais didáticos estejam presentes desde o início do contexto histórico brasileiro, o formato do livro didático atual é fruto do Estado Novo com o governo do então presidente Getúlio Vargas (1930-1945), quando surgiram necessidades em educar os trabalhadores para o mercado de trabalho no país em processo de industrialização. Nesse contexto, foram criadas comissões que buscavam reformas educacionais necessárias para uniformizar o ensino e a produção de livros didáticos (Luca, 2009).

Assim, o livro didático, como conhecemos hoje, é fruto de diversas demandas públicas e sociais. Na atualidade, a ampla distribuição desse produto escolar é garantida pela política pública do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), o qual tem a função de avaliar e regulamentar os manuais escolares e, além disso, determinar quais livros didáticos serão distribuídos e utilizados nas instituições públicas.

O PNLD, por sua vez, deriva da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), criada através do Decreto-Lei n.º 1.006, de 30 de dezembro de 1938, o qual, dentre seus 40 artigos, estipulava, conforme Tânia Regina de Luca afirma “[...] que, a

partir de 1^a de janeiro de 1940, livros sem autorização do ministério não poderiam ser utilizados nas escolas pré-primárias, primárias, normais, profissionais e secundárias de toda a República” (Luca, 2009, p. 167). Essa determinação deu o início a um processo de normatização da produção dos livros didáticos no Brasil.

Em relação a este assunto, Silva propõe que o acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), estabelecido em 1966, é considerado como o divisor de águas na edição e produção dos livros didáticos em grande escala para atender a demanda escolar em número de alunos (Silva, 1998). Neste sentido, de acordo Tânia Regina de Luca e Sonia Regina Miranda:

Sob o período militar, a questão da compra e distribuição de livros didáticos recebeu tratamento específico do poder público em contextos diferenciados – 1966, 1971 e 1976, –, todos marcados, porém, pela censura e ausência de liberdades democráticas. De outra parte, esse momento foi marcado pela progressiva ampliação da população escolar, em um movimento de massificação do ensino cujas consequências, sob o ponto de vista da qualidade, acabariam por deixar marcas indeléveis no sistema público de ensino e que persistem como o seu maior desafio (Luca; Miranda, 2004, p. 125).

Ainda segundo Silva, nas décadas de 1970 e 1980 os livros didáticos assumiram um papel muito importante na prática pedagógica do sistema educacional brasileiro. A falta de qualificação profissional dos educadores e a desvalorização do ensino público contribuíram para que o livro didático se tornasse um instrumento de suporte ao professor, capaz de uniformizar e direcionar o currículo escolar (Silva, 1998). Posteriormente, nos anos 90, ocorreram diversas reformas educacionais com intuito de promover alterações nos conteúdos e metodologias de ensino. Além disso, também ocorreu o fato de desenvolver nos professores o senso de responsabilidade e sensibilidade diante das reformas na educação. Assim, o período de redemocratização ascendeu novas discussões sobre a importância e a qualidade do

livro didático como ferramenta de ensino (Santos; Martins, 2011, p. 20).

O PNLD foi criado em 1985, juntamente com as reformas educacionais no período de redemocratização, porém, só passou a vigorar com a função de aquisição e distribuição ampla dos livros didáticos para as escolas públicas a partir de 1995: “Sua criação se insere dentro das discussões iniciadas a partir da abertura política no final do governo militar.” (Luca; Miranda, 2004, p. 125). Com a criação do PNLD e o término da censura militar, os livros didáticos tornaram-se materiais de amplo debate nacional. Nesse contexto, inúmeros pesquisadores e estudiosos começaram a investigar cada vez mais o propósito do órgão público, bem como a qualidade do livro didático que chegava à sala de aula.

Nessa circunstância, Circe Bittencourt explica que:

O livro didático provoca debates no interior da escola, entre educadores, alunos e suas famílias, assim como em encontros acadêmicos, em artigos de jornais, envolvendo autores, editores, autoridades políticas, intelectuais de diversas procedências. As discussões em torno do livro estão vinculadas ainda à produção de livros e também ao papel do Estado como agente de controle e como consumidor dessa produção. No caso brasileiro, os investimentos realizados pelas políticas públicas nos últimos anos transformaram o Programa Nacional de Livro Didático (PNLD) no maior programa de livro didático do mundo. (Bittencourt, 2004, p. 301).

É, portanto, por meio de pesquisas e reflexões sobre o livro didático, que podemos identificar a importância e as relações contraditórias desse instrumento didático que apresenta influência sobre o universo escolar. Para Bittencourt, o livro didático apresenta “múltiplas facetas” (Bittencourt, 2004, p. 301), isto é, o mesmo material didático de auxílio de professores e alunos carrega em si outras finalidades, como a autora explica a seguir:

o livro didático é pesquisado como produto cultural; como mercadoria ligada ao mundo editorial e dentro da lógica de mercado capitalista; como suporte de conhecimentos e de

métodos de ensino das diversas disciplinas e matérias escolares; e, ainda, como veículo de valores, ideológicos ou culturais. (Bittencourt, 2004, p. 471).

O livro didático precisa atender a algumas especificidades para se adequar à função de material escolar. Por exemplo, Alain Choppin propõe a análise de algumas características básicas e indispensáveis na construção do livro didático, como a neutralidade do autor, se há erros de composição ou ortografia, se o livro está adequado à realidade do aluno, se o livro tem linguagem apropriada para a série indicada, entre outros. Estas características são avaliadas pelos profissionais do PNLD para aprovação ou reprovação do livro didático. As qualidades físicas e visuais do livro didático também são analisadas, bem como a qualidade do papel das páginas, a capa e as ilustrações (Choppin, 2004).

Essa avaliação acontece em dois momentos durante a seleção das obras pelo PNLD. O primeiro ocorre logo após a inscrição das obras pelas editoras, momento no qual é realizada uma avaliação pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT), a fim de verificar se as obras apresentadas se enquadram nas exigências técnicas e físicas do edital. A segunda avaliação ocorre após a produção dos livros pelas editoras, quando novamente o IPT coleta amostras e analisa as características físicas dos livros de acordo com especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (BRASIL, 2009).

Para aprovação do livro didático pelo PNLD, ele deve obedecer às normas do programa e do MEC. A organização interna dos livros segue um padrão, sua divisão em partes, capítulos, parágrafos, as diferenciações tipográficas (fonte, corpo de texto, grifos, tipo de papel, bordas, cores, etc.) e suas variações, a distribuição e a disposição espacial dos diversos elementos textuais (Choppin, 2004, p. 559). Estes itens padronizam o livro didático e determinam sua condição como material escolar. Para Choppin, a estrutura do livro didático segue um formato padrão em quase todas as partes do mundo, assim como as práticas educativas, a sala de aula, o quadro, o professor e o livro ainda são a base do ensino em muitos lugares do mundo.

Em países com pouca estrutura econômica ou em desenvolvimento, esse é o retrato comum do dia a dia do ensino e o livro didático desempenha um papel muito importante na educação (Choppin, 2004), principalmente pelo fato de ser um instrumento de formação cidadã escolar.

Outro ponto importante é a indicação do livro, uma vez que, em um primeiro momento, o livro era destinado aos professores. Com o tempo, as editoras e as ações públicas passaram a destinar os livros didáticos para os alunos. Circe Bittencourt afirma que as ilustrações começaram a se tornar uma necessidade, assim como surgiram novos gêneros didáticos, como os livros de leitura e os livros de lições. O livro, por meio de seu conteúdo, mas também de sua forma, apresenta um projeto gráfico, com fotos, imagens, retratos de obras, gráficos, mapas, ilustrações, entre outros. Essa metodologia tem como função chamar a atenção do leitor, provocar a intenção e promover a leitura (Bittencourt, 2004).

Neste sentido, podemos recuperar as palavras de Roger Chartier, observando a temporalidade contextual do livro como objeto e compreendendo-o a partir desta perspectiva:

Pensar que os atos de leitura que dão aos textos significações plurais e móveis situam-se no encontro de maneiras de ler, coletivas ou individuais, herdadas ou inovadoras, íntimas ou públicas e de protocolos de leitura depositados no objeto lido, não somente pelo autor que indica a justa compreensão de seu texto, mas também, pelo impressor que compõe as formas tipográficas, seja com um objetivo explícito, seja inconscientemente, em conformidade com os hábitos de seu tempo (Chartier, 1996, p. 78).

Nesse sentido, o formato do livro didático apresenta um caráter cultural muito importante para o desenvolvimento intelectual e social dos alunos, pois por meio de textos e imagens é possível construir uma identidade ética e social: “As crianças têm necessidade de ver as cenas históricas para compreender a história. É por esta razão que os livros de história que vos apresento estão repletos de imagens” (Bittencourt, 2002, p. 75).

A partir das imagens, também é possível estimular a reflexão sobre o conteúdo e a aprendizagem por associação tende a obter melhores resultados. Circe Bittencourt propõe que é importante ter ilustrações e que o professor deve “fazer os alunos refletirem sobre as imagens que lhes são postas diante dos olhos”. Nesse sentido, cabe ao professor estimular nos alunos “mesmo sem suporte tecnológico, as condições de trabalho e espaço escolar, os problemas que enfrenta a comunidade e o país, elucidando as enormes diferenças sociais, culturais e econômicas pela política vigente” (BITTENCOURT, 2002, p. 89).

A legislação sobre o livro didático

A regulamentação sobre o livro didático tem seu início em 1938, quando entrou na pauta do governo sendo instituído por meio do Decreto-Lei n.º 1.006, de 30/12/38. A CNLD estabelecia a primeira política de legislação para tratar da produção, do controle e da circulação dessas obras. (Luca; Miranda, 2004).

A criação da comissão não foi um ato isolado, antes se articulava a um conjunto de mudanças no campo educacional, iniciadas já em 1931 com a chamada Reforma Francisco Campos, que estabeleceu novas bases para o sistema de ensino do país como um todo, e que teve continuidade com a Lei Orgânica do Ensino Secundário, de 1942 (Luca, 2009, p. 167-168).

O ano de 1938 foi o ápice das discussões sobre a educação iniciadas no governo do então presidente Getúlio Vargas. Tânia Regina de Luca afirma que “as normas instituídas pela CNLD estavam articuladas diretamente com a visão política do Estado Novo para a educação” (Luca, 2004, p. 170). As práticas políticas desse governo iniciaram um conjunto de ações voltadas para educação com intuito de criar um senso de patriotismo na população. Na Lei Orgânica do Ensino Secundário (Lei 4.244, de 1942), citada por Luca, encontramos nos incisos do artigo 24 as diretrizes para o ensino de História e Geografia e a determinação de que sejam ensinados conteúdos próprios da moral e cívica aos alunos, conforme segue:

§ 1º Para a formação da consciência patriótica, serão com frequência utilizados os estudos históricos e geográficos, devendo, no ensino de história geral e de geografia geral, ser postas em evidência as correlações de uma e outra, respectivamente, com a história do Brasil e a geografia do Brasil.

§ 2º Incluir-se-á nos programas de história do Brasil e de geografia do Brasil dos cursos clássico e científico o estudo dos problemas vitais do país.

§ 3º Formar-se-á a consciência patriótica de modo especial pela fiel execução do serviço cívico próprio do Juventude Brasileira, na conformidade de suas prescrições.

§ 4º A prática do canto orfeônico de sentido patriótico é obrigatória nos estabelecimentos de ensino secundário para todos os alunos de primeiro e de segundo ciclo.

Entre 1938 e 1985 os governantes consolidaram no Brasil as leis sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Nesse período, muitas leis foram criadas para regulamentar a educação brasileira e os materiais didáticos utilizados no processo educativo. É importante ressaltar que esse período foi marcado por diversas ações que iniciaram uma produção e distribuição contínua e massiva de livros didáticos. Em 1988, foi promulgada a Constituição Federal. A carta magna brasileira em suas leis representa os princípios básicos de liberdade e igualdade, os pilares da democracia. Nesse momento, foi pensado e elaborado um conjunto de leis que valorizavam a educação. Por exemplo, o artigo 205 afirma que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Com a universalização do ensino básico, o desenvolvimento pessoal e social e o preparo para o mercado de trabalho, a constituição de 1988 trouxe muitos avanços para educação. O período de redemocratização fortaleceu a democracia e estimulou novos caminhos para educação. O artigo 206 reforça esses ideais:

Art. 206: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

III - Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

V - Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

VI - Gestão democrática do ensino público, na forma da lei.

VII - Garantia de padrão de qualidade. (Constituição, 1988).

De 1988 até os dias atuais, foram criadas emendas constitucionais para adequar as leis aos governos vigentes. Entretanto, a base constitucional permanece. As leis sobre o livro didático foram instituídas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – (LDB), criada em 1996 sobre a lei (LDB n.º 9394/96), orientada pelos princípios, diretrizes e normas estabelecidos na Constituição de 1988. A LDB estabelece como princípios “a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber”, assim como “o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas”. O artigo 26 da LDB 1996 prevê que:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (LDB n.º 9394/96).

Os livros didáticos, a partir desse momento, passaram a seguir um padrão comum curricular. O currículo nacional comum fez com que os alunos de todas as regiões brasileiras estudassem conteúdos iguais, ou seja, a História, a Geografia, a Matemática

são as mesmas disciplinas em todo território nacional. Além disso, o artigo 26 deixa as especificidades regionais e locais como função educativa das intuições que convivem nesses espaços. A LDB e o PNLD têm como foco o Ensino Fundamental e Médio público, incluindo as classes de alfabetização infantil, e assegura a gratuidade dos livros didáticos. Consoante as ações do programa “cada aluno tem direito a um exemplar das disciplinas de língua portuguesa, matemática, ciências, história e geografia, que serão estudadas durante o ano letivo”. (Freitas; Rodrigues, 2008, p. 04).

O projeto mais atual do governo brasileiro para educação é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Criada em 2017 e aprovada pelo MEC, tem como objetivo atender às especificidades de cada escola a partir de uma base comum no currículo e conteúdo didático escolar:

A BNCC vai deixar claro, os conhecimentos essenciais aos quais todos os estudantes brasileiros têm o direito de ter acesso e se apropriar durante sua trajetória na Educação Básica, ano a ano, desde o ingresso na Creche até o final do Ensino Médio. Com ela os sistemas educacionais, as escolas e os professores terão um importante instrumento de gestão pedagógica e as famílias poderão participar e acompanhar mais de perto a vida escolar de seus filhos (BRASIL, 2016).

Nesse cenário, a partir da aprovação, os livros didáticos têm que se adequar à BNCC, para poderem ser aprovados e distribuídos em território nacional. A BNCC tem desde seu início enfrentado muitas críticas, principalmente por parte dos profissionais ligados à educação, por exemplo, no CONAPE (Conferência Nacional Popular de Educação), promovido no ano de 2018, com intuito de problematizar as concepções e os desdobramentos da implantação da BNCC. No cenário atual da educação brasileira, vários autores com seus respectivos textos participaram da elaboração do “Caderno que planeja contribuir com o debate no contexto da Conferência Nacional Popular de Educação 2018” (CONAPE, 2018). Segundo Márcia Ângela da S. Aguiar:

Na medida em que o MEC, sob nova administração, delineou sua política, começou a ficar claro que seriam tomadas medidas de políticas que, no limite, apresentam um forte viés privatista favorecendo interesses do mercado. Contudo, no CNE, formou-se um polo de resistência que, mesmo minoritário, tentou fazer um contraponto à verticalização política do MEC e àqueles objetivos que não se enquadram na perspectiva da gestão democrática. Foi nesse contexto que se efetivou o Pedido de Vistas ao Parecer e à Resolução da BNCC para que ficasse o registro histórico dos acontecimentos (Aguiar, 2018, p. 8).

Neste sentido, o historiador e pesquisador Lauri Cericato afirma que:

A BNCC postula dez competências gerais que orientam os currículos das escolas de educação básica do Brasil. São elas: conhecimento; pensamento científico, crítico e criativo; senso estético; comunicação; argumentação; cultura digital; autogestão; autoconhecimento e autocuidado; empatia e cooperação; e autonomia (Cericato, 2018, p. 139).

O autor continua e propõe que a proposta do governo é válida e a BNCC tem o potencial de melhorar as condições do ensino e educação no Brasil. As ações da BNCC em conjunto com a reformulação da formação dos professores podem transformar a educação e mediante ações interdisciplinares, o professor poderia estimular o desenvolvimento dos alunos. Além disso, Cericato defende que “O caminho da interdisciplinaridade mostra-se promissor porque, [...] ela é, também, um processo de formação humana” (Cericato, 2018, p. 141).

Sob uma breve reflexão, é possível perceber que a educação brasileira é marcada por questões complexas, uma vez que existem interesses diversos no processo de legislação e atuação educacional. Além disso, os livros didáticos carregam essa carga confusa de interesses diversos para os alunos.

Neste sentido, o site do FNDE (2014) afirma que:

Os Programas do Livro estão fundamentados em decretos, portarias, resoluções e editais que criam e determinam procedimentos, estabelecem regras e penalidades, como, por

exemplo, o Decreto nº 7.084, de 27 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os programas de material didático, ou seja, sobre as orientações para processo de execução dos Programas do Livro. Além desse decreto, ainda podemos citar as resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE, que são aprovadas anualmente e que instituem as normas de conduta para processo de execução dos Programas do Livro. (BRASIL, 2014, p. 81).

Nesse contexto, torna-se perceptível a necessidade de uma avaliação constante deste objeto, seja através de estudos, pesquisas ou ações voltadas à fiscalização:

[...] o livro didático, numa perspectiva tradicional, passou a ser questionado, sendo objeto de discussão de historiadores, pedagogos, entre outros estudiosos da educação, que passam a analisá-lo em um sentido mais amplo, percebendo as relações sociais, culturais, econômicas, históricas e pedagógicas que envolvem os conhecimentos que entrelaçam tal publicação. (Lisbôa; Silva; Sousa, 2015, p. 253).

Alain Choppin também reforça essa ideia quando afirma que: “os livros didáticos não são apenas instrumentos pedagógicos: são também produtos de grupos sociais que procuram, por intermédio deles, perpetuar suas identidades, seus valores, suas tradições, suas culturas” (Choppin, 2004, p. 69). Nesse sentido, as práticas envolvendo a BNCC e os livros didáticos ainda são objetos de reflexões que necessitam continuidade em termos de estudos acadêmicos e escolares. Assim, o quadro educacional do livro didático revela diversas conquistas e retrocessos desde sua aprovação em 1938 até os dias atuais.

O livro didático como mercadoria

Até aqui apresentamos as estruturas históricas que constituíram o livro didático, sua importância e influência no ensino escolar. Nesse cenário, para Circe Bitencourt, o livro didático possui “diversas facetas”, dentre elas o caráter de produto mercadológico, pois todos os anos o mercado editorial se desdobra para produzir livros didáticos mais atraentes

(Bittencourt, 2004). A estrutura de mercado segue uma demanda externa, ou seja, uma necessidade de atender aos anseios dos grupos consumidores. Nesse cenário, as editoras dos livros didáticos tornam-se empresas consolidadas em atender as demandas governamentais para obtenção de lucro com a educação:

O livro didático torna-se uma das mercadorias mais vendidas no campo da indústria editorial. Daí a preocupação do Estado e das editoras em publicar os livros que estivessem em perfeita sintonia com os programas curriculares [...]. (Guimarães, 1994, p. 139).

“O livro didático é, antes de tudo, uma mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do mercado” (Bittencourt, 2002, p. 71). Como mercadoria, ele sofre interferências variadas em seu processo de fabricação e comercialização. Durante a sua elaboração, o livro didático necessita de vários profissionais, editores, técnicos, programadores visuais, ilustradores, entre outros. Além disso, é importante ressaltar que o livro didático como objeto da indústria tem uma estrutura própria, padronizada. Essa estrutura é comum entre todas as editoras. (Bittencourt, 2002).

De acordo com Fernandes e Moraes, os materiais didáticos são recursos educacionais importantes, principalmente “quando se trata de livros didáticos, a importância de pensar seus conteúdos cresce vertiginosamente, pois muitas vezes ele será o único livro que a criança tem em casa.” (2007, p. 143). Nesse contexto, os autores apontam a existência de termos, contextos históricos e ideias contraditórias presentes nos conteúdos didáticos e que são fruto de uma “tradição”, ou seja, forma antiga de elaborar história, que não condiz com a realidade dos povos latino-americanos.

Nesse contexto, Circe Bittencourt (2002), propõe que a “tradição” no formato de produzir os livros podem oferecer vantagens e desvantagens, sendo que, de acordo com Fernandes e Moraes:

Quando falamos em tradição, é preciso levar em consideração que as ideias seguem um fluxo ininterrupto de mudanças, apropriações e significações. Do século XIX aos dias de hoje, o cientificismo ganhou novas roupagens, novas cores e adereços, distanciando-se de seu ideal imperialista para adquirir tons de defesa da pluralidade. De qualquer forma, a boa intenção carrega uma série de preconceitos [...]. (Fernandes; Morais, 2007, p. 147).

Nesse cenário, o livro didático que os autores apresentam está sujeito também ao “mercado”, a tradição ou ao padrão no formato de produzir os livros didáticos vinculados às demandas atuais. Nesse sentido, houve um aumento significativo de materiais didáticos ofertados no ensino público, fato que aumentou a oferta de materiais por quase todo país, processo ainda em andamento na atualidade. O problema nesse cenário é a qualidade da oferta, ou seja, o aumento do número de escolas, livros e pessoas incluídas no ensino não promoveu necessariamente um ensino crítico e qualitativo (Guimarães, 1994).

Neste sentido, de acordo com Selva Guimarães (1994), a grande produção editorial no Brasil, principalmente de livros didáticos, não significou a democratização do saber, pelo contrário, o consumo em massa de livros didáticos não contribuiu para a compreensão crítica entre os alunos, pois este material tornou-se um “veículo” de difusão de conteúdo simples, que reproduzia a memória oficial, por sua vez, excludente (Guimarães, 1994).

Selva Guimarães também discute sobre as questões relacionadas à organização e produção do livro didático de História utilizado nas escolas. Para ela, a História utilizada no livro didático não favorece o debate e a criticidade. O projeto de simplificação no conteúdo histórico exclui a reflexão sobre as estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais e, além disso, cria padrões de sociedade (Guimarães, 1994).

Os grandes fatos que marcaram a vida da sociedade são consumidos e consagrados como a História. Entretanto, estas representações transmitidas simplificadamente trazem consigo a

marca da exclusão. O processo de excluir inicia-se no social, onde “alguns atos” são escolhidos e “outros” não, de acordo com os critérios políticos. Na academia o trabalho do historiador pode tanto excluir, como recuperar, resgatar excluídos. Através do livro didático, os excluídos não aparecem. Perdem o direito à história (Guimarães, 1994, p. 142).

Em um país como o Brasil, com inúmeras diversidades regionais e locais, é notável a importância do livro didático como material decisivo para a qualidade do aprendizado resultante das atividades escolares e a escola. Devido a sua importância social, o livro didático deve conter assuntos que estimulem o diálogo e a criticidade, que contribua com a comunidade, com a melhoria do ensino. De acordo com Fernandes e Moraes: “A maneira que escolhemos para contar nosso passado pode dizer muito sobre nosso presente. O resgate dos acontecimentos tem como objetivo legitimar ou explicar o momento, a situação e as sensações presentes.” (2007, p. 155). Nesse sentido, a reflexão sobre os estudos sobre o livro didático deve ocorrer de forma constante em termos de pesquisa para que sempre se mantenha um olhar crítico sobre este objeto de estudo, ou seja, um objeto de formação cidadã:

O livro não pode ser considerado como um instrumento de informações prontas, onde o educando reproduza apenas pensamentos e respostas elaboradas, a partir de conhecimentos simplificados apresentados pelos mesmos, que nem sempre estão conectados à realidade da comunidade em que o aluno está inserido. (Bittencourt, 2002, p. 75).

O PNLD foi criado com o intuito de transformar a educação brasileira. Sua proposta era de produzir livros didáticos com qualidade, que atendessem à educação e criassem condições de igualdade e qualidade no ensino público. No entanto, o cenário descrito pelos autores apresentados até aqui demonstra que o livro didático apresenta diversos problemas estruturais. Para Fernandes e Moraes, “romper com essas tradições, no entanto, poderia causar desconfiança nos professores, que deixariam de consumir tais livros. [...]. Tradições que impedem que se constitua qualquer outro eixo narrativo.” (2007, p. 158). Os

autores continuam e afirmam que, “mesmo assim, qualquer livro. [...] Pode ser usado com muito proveito. Afinal, a aula é do professor e não do livro. E o bom docente é livre, autônomo e procura sempre a melhor maneira de produzir conhecimento” (FERNANDES; MORAIS, 2007, p. 158).

A relação entre o professor e o livro didático

O livro didático se tornou nos últimos anos um dos materiais escolares mais analisados, de modo que muitos pesquisadores em diferentes áreas do conhecimento pesquisam as diversas faces do livro didático (Bittencourt, 2008), dentre elas, a relação entre o professor e o livro didático. Nesse cenário, é possível ressaltar inúmeras críticas à utilização “única” dos livros didáticos pelos professores em sala de aula, pois muitas vezes o livro didático assume o papel do professor quanto à organização e funcionamento do ensino e isso se torna cômodo para o docente que apenas reproduz o que está no livro. Porém, a questão é que o livro didático pode apresentar diversos problemas estruturais e processuais.

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), “o trabalho do professor consiste em introduzir o aluno na leitura das diversas fontes de informação, para que adquira, pouco a pouco, autonomia intelectual” (BRASIL, 1997, p. 49). Assim, o ato de ensinar requer do professor as ações de pesquisa, análise e organização do material didático a ser utilizado em sala de aula. Nesse cenário, e diante dos problemas apresentados pelo livro didático, sua utilização exclusiva pode trazer prejuízos à educação. Segundo Bittencourt:

Uma concepção mais ampla e atual parte do princípio de que “os materiais didáticos são mediadores do processo de aquisição de conhecimento, bem como facilitadores da apreensão de conceitos, do domínio de informações e de uma linguagem específica da área de cada disciplina” (Bittencourt, 2008, p. 296).

Refletindo a partir da colocação de Bittencourt, a proposta seria criar uma relação mediadora entre o professor e o livro didático. O professor, principalmente após as ideias de Paulo

Freire no livro *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa* (1996), deve ocupar o lugar de orientador, mediador e organizador do conhecimento construído com os alunos. Com uma postura democrática, segundo Freire, o docente deve construir um espaço democrático no ensino, sempre crítico com a realidade do país, da cidade e do local em que estudam e vivem os alunos (Freire, 1996). Para isso, é necessário apresentar uma proposta de utilização deste objeto de forma global, auxiliando sempre no processo de ensino aprendizagem, inserindo-o em um cenário mais amplo em termos de possibilidades didáticas. De acordo com Selva Guimarães:

Submetido à leitura crítica, com a ajuda interpretativa do professor e colocado em diálogo com outras fontes de estudo – acervos de museus e arquivos, livros não didáticos, produção literária e artística, por exemplo –, ele pode contribuir de modo significativo para a aprendizagem da História (Guimarães, 2012, p. 106).

Nesse contexto, a relação entre professor e livro didático deve obedecer ao senso crítico do professor: “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção.” (Freire, 1996, p. 12). Uma vez que os livros didáticos apresentam tais questões, cabe aos professores a utilização desse material com responsabilidade social. De acordo com Douglas Lima, fazendo uma referência a Caimi (2017):

Até a década de 1990, os livros didáticos de história foram comumente criticados por duas vias: a denúncia ao viés ideológico na abordagem de determinados assuntos, com a acusação de que o livro didático assumia o papel de instrumento de poder das classes dominantes e perpetuador do silenciamento das minorias; e o foco nas incongruências entre a produção acadêmica e o conteúdo dos livros didáticos, este sendo marcado por omissões, preconceitos, simplificações em excesso, incorreções, entre outros problemas (Lima, 2021, p. 395).

Outra questão muito discutida entre os autores é a necessidade de atualização do professor diante dos materiais

mediáticos e livros didáticos que se atualizam constantemente. Com o mundo cada vez mais ágil e com informações diversas sob um clique (celular, computador, TV, rádio e a Internet), que informam diariamente as pessoas sobre as mais diversas ações humanas no mundo, notícias diárias se confundem com informação e a informação com o conhecimento e questões são compartilhadas e internalizadas como verdade a todo momento. Sobre este prisma, qual é o papel do professor nesse mundo novo que se apresenta?

O discorrer sobre o livro didático, nos fala de como ele é um objeto efêmero, “que se desatualiza com muita velocidade. Raramente é relido; pouco se retorna a ele para buscar dados ou conservado nas prateleiras de bibliotecas pessoais ou de instituições” (Batista, 1999, p. 529).

Segundo Bitencourt, além da questão de mercado do livro didático, há também o aspecto ideológico de cada governo. Segundo a autora:

Essa característica faz que o Estado esteja sempre presente na existência do livro didático: interfere indiretamente na elaboração dos conteúdos escolares veiculados por ele e posteriormente estabelecem critérios para avaliá-los, seguindo, na maior parte das vezes, os pressupostos dos currículos escolares institucionais. Como os conteúdos propostos pelos currículos são expressos pelos textos didáticos, o livro torna-se um instrumento fundamental na própria constituição dos saberes escolares. (Bittencourt, 2008, p. 301).

O aparato ideológico do livro didático demanda do professor um cuidado maior ao trabalhar conteúdos expostos no livro, principalmente relacionados às disciplinas de História, Filosofia e Sociologia, disciplinas nas quais diversos governos diferentes fizeram interferências distintas. Considerando que a narrativa do livro didático pode ser considerada uma representação de determinado tema e, com isso, representar uma percepção do mundo social, é importante resgatar as palavras de Roger Chartier. Segundo o autor, as percepções do social:

[...] não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (Chartier, 1990, p. 17).

Recuperando as ideias de Silva (1998), os professores em sala de aula são os primeiros a perceber as manobras governamentais para modificar o currículo escolar, e o livro didático insere-se nessa esfera como instrumento ideológico. Nesse sentido, é perceptível a importância do senso crítico do professor enquanto agente mediador de conteúdos. Nesse caso, é necessário ter consciência da responsabilidade social que o professor desempenha no processo educacional e que suas ações reverberam de forma direta no ensino/aprendizagem dos alunos. Para isso, é necessário que o professor se atualize e saiba interagir com as novidades tecnológicas e com a utilização do livro didático, principalmente na inclusão de outros materiais didáticos (fontes) como suporte em sala de aula.

Considerações finais

É possível afirmar que o livro didático permanece como principal instrumento de auxílio para professores e alunos, especialmente em escolas da rede pública e do ensino básico. Esse fenômeno é fruto de políticas públicas implantadas no Brasil décadas atrás até os dias atuais. O que ocorre de forma pontual, são atualizações de leis e normas que vigoram sobre o material didático a depender do governo de turno.

Outro ponto importante é que conforme o governo, o livro didático sofre alterações em seus conteúdos. Isso demonstra que o material didático também pode ser utilizado como instrumento ideológico por grupos ligados ao poder político. Nesse cenário, destacamos o papel do professor como mediador entre os conteúdos didáticos e os alunos, considerando que o livro didático carrega uma carga ideológica que também é um produto de mercado.

Para além, o universo dos livros didático é enorme, no sentido de que cada disciplina apresenta questões próprias. Nesse sentido, nossa ênfase sobre a relação entre este objeto e o professor de História permite refletir sobre a questão de que os livros didáticos ainda apresentam problemas pontuais em relação a este componente curricular, problemas estes que precisam ser sanados, pois esse material ainda é um instrumento significativo para o ensino/aprendizagem dos alunos. Desse modo, teses, dissertações, livros e artigos sobre o livro didático podem contribuir no processo de desenvolvimento qualitativo desse suporte didático utilizado diariamente por professores e alunos na rede pública brasileira.

Referências bibliográficas

- AGUIAR, Márcia Ângela da S. Relato da resistência à instituição da BNCC pelo Conselho Nacional de Educação mediante pedido de vista e declarações de votos. In: AGUIAR, Márcia Ângela da S.; DOURADO, Luiz Fernandes (Orgs.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Recife: ANPAE, 2018, p. 8-22. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2023.
- BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, História e História da Leitura**. Campinas: Mercado das Letras, 1999, p. 529-575.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O saber Histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2002.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Em foco: história, produção e memória do livro didático. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 471-473, 2004.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 26 dez. 2023.

BRASIL. Caderno de Estudos do Curso Programas do Livro – Pli / Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. 5ª ed. MEC. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/fpe/cc_pli.pdf. Acesso em: 26 dez. 2023.

BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil. Brasília: DF, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 dez. 2023.

BRASIL. Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE). Lei 11.947, de 16 junho de 2009.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/1996 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 26 dez. 2023.

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: História (1ª a 4ª séries). Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Relatório de gestão do FNDE: exercício de 2008 / Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília: FNDE, 2009. Disponível em: http://www.fnde.gov.br/institucional/relatorios_gestao/relatorio_atividades_fnde_2008.pdf. Acesso em: 26 dez. 2023.

CARDOSO, Maria Abadia. O lugar dos livros didáticos e os desafios do ensino de história do tempo presente. **Revista História Hoje**, v. 9, n. 17, p. 282-309, 2020.

CERICATO, Lauri. A formação de professores e as novas competências gerais propostas pela BNCC. **Revistas Veras**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 137-149, julho/dezembro, 2018.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas de Leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 3, p. 549-566, 2004.

CONCEIÇÃO, José Luis Monteiro. Jesuítas na educação brasileira: dos objetivos e métodos até a sua expulsão. **Revista Educação Pública**. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/17/3/jesutas-na-educacao-brasileira-dos-objetivos-e-mtodos-at-a-sua-expulso>. Acesso em: 26 dez. 2023.

FERNANDES Luis Estevam; MORAIS Marcus Vinícius de. História da América: renovação da História da América. In: KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2007, p. 143-162.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Neli Klix, RODRIGUES, Melissa Haag. O livro didático ao longo do tempo: a forma do conteúdo. **DAPesquisa**, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 300-307, 2008.

GUIMARÃES, Selva. **Caminhos da história ensinada**. 2 ed. – Campinas, SP: Papirus, 1994.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de História**. Campinas: Papirus, 2012.

GUIMARÃES, Selva. Ensinar História: formar cidadãos no Brasil democrático. In: GUIMARÃES, Selva (Org.). **Ensino de História e cidadania**. Campinas: Papirus, 2016, p. 75-105.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. A Idade Média nos livros didáticos. In: VIANNA, Luciano J. (Org.). **A História Medieval entre a formação de professores e o ensino na educação básica no século XXI**. Experiências nacionais e internacionais. Rio de Janeiro: Autografia, 2021, p. 394-415.

LISBÔA, Elaine Regina Mendes; SILVA, Márcia Andrea Teixeira da; SOUSA, Thalisse Ramos de. Velhos objetos x novos olhares: os usos do livro didático no Ensino de História. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, vol. 15, num. 65, p. 252-264, 2015.

LUCA, Tânia Regina de. Livro didático e Estado: explorando possibilidades interpretativas. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Orgs.). **A história na escola: autores, livros e leituras**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 151-172.

LUCA, Tânia Regina de; MIRANDA, Sonia Regina. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 48, p. 123-144, 2004.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico** – Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2ª ed. Universidade FEEVALE. Novo Hamburgo – Rio Grande do Sul – RS, 2013.

SANTOS, Vanessa dos Anjos dos; MARTINS, Liziane. A importância do livro didático. **Revista Virtual**, v. 7, n. 1, p. 20-33, jan.-dez, 2011.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Criticidade e leitura: ensaios**. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil (ALB), 1998.

Recebido em: 15/07/2025

Aprovado em: 13/08/2025